



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Aumento das quotas do goraz

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, para efeito de admissão, requerimento dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional do Mar e das Pescas.

Angra do Heroísmo, 24 de março de 2022

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

Exmo. Sr. Secretário Regional do Mar e das Pescas

Considerando que o Regulamento (EU) n.º 1380/2013, de 14 de agosto do Parlamento Europeu e do Conselho define a Política Comum das Pescas.

Considerando que no artigo 15.º do regulamento referido são definidas as obrigações de desembarcar, sendo que, no seu n.º 9 explicita que “no caso das unidades populacionais sujeitas à obrigação de desembarcar, os Estados-Membros podem recorrer à flexibilidade interanual até 10 % dos seus desembarques autorizados. Para esse efeito, os Estados-Membros podem autorizar o desembarque de quantidades adicionais das unidades populacionais sujeitas à obrigação de desembarcar, desde que essas quantidades não excedam 10 % da quota que lhes foi atribuída.”

Considerando que na alínea b), do n.º 4 do artigo mencionado, uma das exceções das obrigações de desembarcar refere-se “às espécies em relação às quais as provas científicas existentes demonstram elevadas taxas de sobrevivência, atendendo às características das artes de pesca, das práticas de pesca e do ecossistema”. E, o n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/2020, de 21 de agosto, explicita que a exceção prevista na alínea b) do n.º 4 do Regulamento (EU) n.º 1380/2013, de 14 de agosto do Parlamento Europeu e do Conselho se aplica às capturas de goraz, por forma a manter a sua capacidade de sobrevivência, até 31 de dezembro de 2022.

Considerando que o Regulamento (UE) n.º 2021/703 do Conselho, de 26 de abril, garantiu como possibilidades de pesca anuais a atribuição de uma quota a Portugal de 600 toneladas de goraz para 2022.

Considerando que no passado dia 18 de março foi publicada em Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, a Portaria n.º 20-A/2022 que aprova o regulamento de fixação de capturas totais de goraz permitidas, onde no n.º 1 do seu artigo 4.º é definida a possibilidade de pesca anual de 666 toneladas de peso vivo de goraz em 2022.

Considerando que nos termos das regras relativas à flexibilidade interanual associadas às unidades populacionais sujeitas à obrigação de desembarque, para o ano de 2022 existe um acréscimo de 66 toneladas da quota prevista.


Considerando que mesmo que a Região Autónoma dos Açores estivesse sujeita à obrigação de desembarque, pela aplicação do n.º 9 do Artigo 15º do Regulamento (EU) n.º 1380/2013, de 14 de agosto é estabelecida a possibilidade de captura adicional de 10%, esta percentagem corresponderia a 60 toneladas e não 66 toneladas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do BE/Açores, nos termos estatutários e regimentais, o solicita a V.ª Ex.ª resposta escrita às seguintes perguntas:

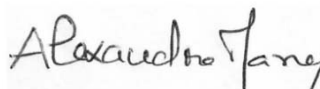
1. Como explica o Governo Regional o aumento das quotas de pesca do goraz, uma vez que a captura desta espécie está prevista, até 31 de dezembro de 2022, nas exceções das obrigações de desembarcar, no n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/2020, de 21 de agosto?
2. Como explica o Governo Regional que na Portaria n.º 20-A/2022 que aprova o regulamento de fixação de capturas totais de goraz permitidas, seja definida a possibilidade de pesca anual de 666 toneladas de peso vivo de goraz em 2022?
3. Está o Governo Regional disposto a abdicar do regime de isenção ligada à capacidade de sobrevivência para o goraz prevista no n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/2020, de 21 de agosto, por forma a poder recorrer à flexibilidade interanual até 10 % dos desembarques autorizados? Se sim, iniciou junto das entidades competentes da União Europeia algum procedimento para cancelamento desta isenção?
4. Tendo em conta as especificidades da pescaria do goraz que inclusivamente foram apresentadas pela Região para conseguir o regime de isenção, tem o Governo Regional previstas as consequências negativas que a perda do regime de isenção pode provocar?
5. Que diligências tomou o governo regional “junto das instâncias comunitárias”, conforme anunciado, que resultaram no aumento de 11% (66t) da quota de goraz para o corrente ano? Solicita-se cópia da correspondência trocada entre o governo e as “instâncias comunitárias” a que se refere o comunicado do governo regional

Angra do Heroísmo, 24 de março de 2022

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)